

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018



Índice

1. INTRODUÇÃO	2
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	5
3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	12
3.1 ANÁLISE GLOBAL	13
3.1.1 ESTRUTURA ORÇAMENTAL	13
3.2 ORÇAMENTO	16
3.2.1 ORÇAMENTO DA RECEITA	16
3.2.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA	16
3.2.1.2 RECEITAS CORRENTES	17
3.2.1.3 RECEITAS DE CAPITAL	18
3.2.2 ORÇAMENTO DA DESPESA	19
3.2.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA	19
3.2.2.2 DESPESA CORRENTE	20
3.2.2.3 DESPESA DE CAPITAL	21
3.3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO	22
4. INDICADORES GERAIS DE ACTIVIDADE	25
4.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA	26
4.1.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA	26
4.1.1.1 BALANÇO	26
4.1.1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	27
4.1.1.2.1 RESULTADOS OPERACIONAIS	28
4.1.1.2.2 RESULTADOS FINANCEIROS	28
4.1.1.2.3 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	28
4.1.1.2.4 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	29
5. ENDIVIDAMENTO	30
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	32
7. FACTORES RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	33

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a alínea i), do número 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativos ao ano económico de 2018, tendo em vista a votação e respetiva aprovação por parte da Assembleia Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea l), do número 2, do artigo 25.º, da citada Lei e posteriormente submetido ao controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Pública Central.

Por outro lado, tendo em conta o preceito legal estabelecido no artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais) e no n.º 2, do ponto 2, das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL — Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), elaborou-se o presente *Relatório de Gestão e Contas* relativo ao ano económico de 2018.

Os principais objetivos deste Relatório são então:

- Aferir a qualidade da gestão municipal, através da avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia da afetação de recursos aos objetivos realizados;
- Explicitar os níveis de execução conseguidos referenciando-os aos aspetos mais relevantes da atividade financeira municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e da tesouraria;
- Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da Autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;
- Analisar a situação financeira da Autarquia do ponto de vista patrimonial, considerando o Balanço final e a Demonstração de Resultados de 2018.

De acordo com o princípio orçamental de anualidade, os montantes previstos no Orçamento Municipal são anuais, coincidindo o ano económico com o ano civil. Com o fim do ano surge a necessidade de se proceder ao encerramento das contas, não só para apurar o valor global das receitas arrecadadas e das despesas realizadas, mas

também para poder comparar e avaliar a justeza das previsões efetuadas e os níveis de execução orçamental.

O atual sistema contabilístico das autarquias locais, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), determina que um dos documentos de prestação de contas é o relatório de gestão, pelo que o presente documento, constitui o Relatório de Gestão referente ao ano de 2018.

Pretende-se que seja um instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de rapidamente e de forma simples dar as informações, que se julgam ser suficientes à avaliação global e acompanhamento da situação financeira tanto no domínio orçamental como económico e financeiro. Trata-se de um importante meio de análise de resultados e verificação do grau de eficiência e eficácia da afetação dos recursos aos objetivos realizados.

Os Documentos Previsionais de 2018 foram elaborados de acordo com os termos constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e aprovados pela Assembleia Municipal de acordo com o definido pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como no cumprimento das regras orçamentais e contabilísticas definidas no POCAL traduzidas em regras previsionais e princípios orçamentais.

3

A execução dos Documentos Previsionais, da competência da Câmara Municipal e do Presidente da Câmara, com superintendência na execução das deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal, consubstanciou-se no desenvolvimento das ações necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização das despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objetivos fixados nas Grandes Opções do Plano, sempre no cumprimento dos princípios a considerar na execução orçamental.

Assim e nos termos do artigo 6.º, do POCAL, são apresentados como documentos de Prestação de Contas:

- a) Mapa de Execução Orçamental da Despesa
- b) Mapa de Execução Orçamental da Receita
- c) Mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

-
- d) Mapa de Fluxos de Caixa
 - e) Mapa de Operações de Tesouraria
 - f) Balanço
 - g) Demonstração de Resultados
 - h) Anexos às Demonstrações Financeiras
 - i) Relatório de Gestão.

Na execução do Orçamento de 2018 foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental reportado à conta que agora se apresenta, tendo-se executado todas as receitas e despesas dentro dos formalismos legais exigidos, de acordo com as regras contabilísticas fixadas nos termos legais.

Saliente-se que, apesar do estímulo do Executivo em elaborar documentos previsionais rigorosos e os mais realistas possível, a percentagem de execução orçamental da receita e da despesa totalizou, respetivamente, 70,42% e 63,78%, valor que apesar de aceitável ficou aquém do desejado, em virtude do atraso na execução física e financeira do quadro comunitário Portugal 2020.

4

Acresce ainda referir que os mapas e quadros a seguir apresentados enriquecem uma análise financeira e patrimonial embora eminentemente técnica de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações de dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.



2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um aumento de 2,1%, menos 0,7 pontos percentuais do que o registado no ano anterior e abaixo da previsão do Governo, de um crescimento de 2,3%. Esta evolução resultou do contributo mais negativo da procura externa líquida, verificando-se uma desaceleração das exportações de bens e serviços mais acentuada que a das importações de bens e serviços, e do contributo positivo menos intenso da procura interna, refletindo o crescimento menos acentuado do Investimento.

O PIB, em termos homólogos, aumentou 1,7% em volume no quarto trimestre de 2018 (2,1% no trimestre anterior) e, face ao terceiro trimestre, avançou 0,4% (depois da expansão de 0,3% no trimestre anterior).

Após um aumento de 2,1% em 2018, o IB português deverá crescer 1,7% em 2019 e 2020 e 1,6% em 2021. O crescimento projetado é superior ao recentemente publicado pelo Banco Central Europeu (BCE) para a área do euro, traduzindo-se em ligeiros progressos no processo de convergência da economia portuguesa para os níveis médios de rendimento da área do euro.

5

Estas projeções têm subjacente um enquadramento económico e financeiro da economia portuguesa globalmente favorável, com a procura externa a crescer em média 3,4% e com a manutenção de condições de financiamento favoráveis para os vários setores da economia. A orientação da política monetária da área do euro permanece num quadro de manutenção das taxas de juro em níveis baixos. A manutenção de riscos em baixa sobre o crescimento económico da economia portuguesa está fundamentalmente associada à possível materialização de importantes riscos sobre a evolução da atividade e do comércio a nível global.

Tal como nos anos anteriores, o padrão projetado para a economia portuguesa permanece assente no crescimento do consumo privado, no dinamismo da formação bruta de capital fixo (FBCF) e no aumento sustentado das exportações. O peso das exportações no PIB deverá situar-se em cerca de 47% em 2021, aumentando cerca de 3 pontos percentuais (pp) do PIB face a 2018. Esta evolução traduz-se no aumento continuado do grau de abertura da economia portuguesa.

H.
v

Para os anos seguintes, e tal como em 2018, o contributo da procura interna para o crescimento do PIB será superior ao das exportações. Assim sendo, o crescimento das importações será maior do que o das exportações, o que se traduz num saldo negativo da balança de bens e serviços a partir de 2020. Todavia, projeta-se a manutenção de um excedente da balança corrente e de capital ao longo dos próximos anos, com um contributo importante do aumento esperado das transferências da União Europeia(EU).

Relativamente ao enquadramento externo, a economia portuguesa manteve-se globalmente favorável em 2018, porém, o ritmo de expansão da atividade económica mundial foi ligeiramente inferior ao previsto.

Na área do euro, o PIB cresceu 1,9% em 2018, abaixo dos 2,5% observados em 2017, sendo que a desaceleração da atividade foi relativamente generalizada em termos de países, embora mais acentuada na Alemanha e na Itália na segunda metade do ano. Por seu turno, o ritmo de crescimento do comércio mundial reduziu-se em 2018, num contexto de desaceleração da atividade industrial a nível global.

6

Para os anos seguintes, a expansão da economia mundial deverá continuar a um ritmo mais moderado, num contexto de maturação da expansão e de diminuição gradual dos estímulos de política monetária e de política orçamental nas principais economias, em particular nos Estados Unidos da América (EUA), bem como de desaceleração gradual da economia chinesa. Contrastando, espera-se a recuperação da atividade nas economias emergentes mais afetadas pelos recentes episódios de turbulência financeira.

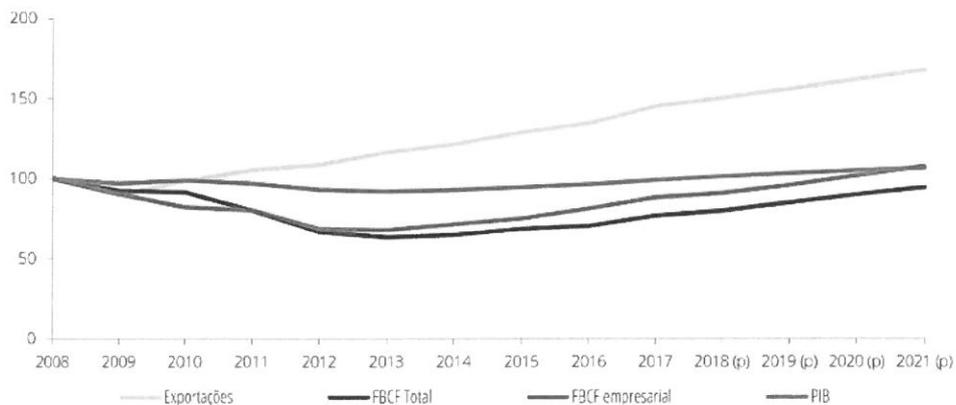
Ao nível do comércio mundial, antecipa-se um abrandamento mais notório do que o da atividade em 2019, num quadro de elevada incerteza geopolítica e quanto às políticas comerciais. Relativamente á procura externa dirigida à economia portuguesa, após a desaceleração observada ao longo de 2018, antecipa-se que mantenha um ritmo de crescimento relativamente estável em 2019-21 e próximo do estimado para 2018. Esta evolução está associada a alguma recuperação do crescimento do comércio

intra-área do euro e a uma moderação do crescimento das importações extra-área do euro.

As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se em níveis historicamente baixos em 2018. De acordo com as perspetivas de mercado, prevê-se um aumento muito gradual a partir de 2020, com a taxa de juro a 3 meses a situar-se em cerca de 0% no final de 2021.

O crescimento do PIB deverá refletir a evolução favorável da procura interna e das exportações, sendo que o contributo líquido da procura interna deverá ser superior ao das exportações, nos próximos anos. Tal como nos últimos anos, prevê-se que o contributo da procura interna esteja associado ao crescimento do consumo privado e à dinâmica da FBCF, nomeadamente da FBCF empresarial.

Gráfico – Evolução do PIB, FBCF e Exportações | Índice 2008 =100



Fontes: INE e Banco de Portugal. Nota: (p) – projetado.

Nos últimos anos o consumo privado tem apresentado um crescimento relativamente estável, em torno de 2,4%. Ao longo do horizonte de projeção, o consumo privado deverá continuar a crescer de forma moderada, a uma taxa média de 2,1%, que é ligeiramente superior ao crescimento médio do PIB.



O aumento do consumo privado está associado à evolução favorável do rendimento disponível real das famílias, que reflete o aumento do emprego e dos salários nominais, incluindo o salário mínimo em 2019, e a evolução contida dos preços. A confiança dos consumidores permanece em níveis elevados, apesar de inferiores aos observados no passado recente, com as famílias a manterem expectativas positivas em relação à evolução da sua situação financeira. Em particular, para além do descongelamento de carreiras nas administrações públicas, são de destacar os efeitos das medidas de redução dos impostos sobre as famílias e de aumento das prestações sociais.

Relativamente ao consumo público, prevê-se um crescimento ligeiramente positivo em 2019, inferior ou verificado em 2018. No caso da despesa em bens e serviços, esta evolução decorre principalmente da reversão do efeito pontual de despesas relacionadas com os incêndios de 2017, bem como da redução esperada dos encargos com parcerias público-privadas do setor rodoviário. Relativamente às despesas com pessoal, considera-se igualmente uma desaceleração em 2019, acompanhando o menor crescimento do emprego público.

A FBCF deverá crescer em torno de 6%. O principal contributo para esta evolução está associado à componente empresarial. Este desempenho está relacionado com um conjunto de fatores favoráveis ao investimento, nomeadamente: a manutenção de perspetivas globalmente positivas para a evolução da procura; taxas de utilização da capacidade produtiva próximas da média no período pré-crise; a necessidade de recuperação e renovação do stock de capital; condições de financiamento favoráveis; e a realização de alguns projetos de infraestruturas de grande dimensão que, em alguns casos, estarão associados a financiamento europeu.

Ao longo dos próximos anos, as exportações deverão crescer de forma relativamente estável em torno de 3,7%, evoluindo em linha com o indicador de procura externa dirigida à economia portuguesa e com pequenos ganhos de quota de mercado.

A procura externa manterá um crescimento próximo do registado em 2018, num panorama em que a atividade económica global e, em particular, na área do euro evoluem favoravelmente, com o crescimento a aproximar-se do respetivo potencial, que se prevê ser inferior ao registado antes da crise financeira internacional. Estima-se

a progressiva normalização de efeitos setoriais específicos, nomeadamente relacionados com a produção automóvel e a indústria petrolífera, que influenciam significativamente a quota de mercado das exportações em 2018. Os ganhos de quota de mercado previstos para os anos seguintes estão essencialmente relacionados com a atividade turística.

Ao longo dos próximos anos a economia portuguesa deverá manter a capacidade de financiamento face ao exterior, que se reflete num excedente médio da balança corrente e de capital de 0,7% do PIB.

Em 2018, o excedente da balança corrente e de capital diminui 1 pp do PIB face ao ano anterior, para 0,4% do PIB, refletindo essencialmente um aumento mais pronunciado das importações de bens e serviços face às exportações, em termos reais. Para 2019 e os anos seguintes, antecipa-se a continuação da diminuição progressiva do saldo da balança de bens e serviços, para níveis negativos a partir de 2020.

A deterioração do saldo da balança de bens e serviços traduz, em larga medida, um efeito de volume negativo, refletindo o maior dinamismo das importações face às exportações.

Relativamente ao mercado de trabalho, prevê-se que o emprego continue a crescer, embora a um ritmo progressivamente mais moderado. Esta tendência será comum ao setor privado e ao setor público. O número de empresas que apresenta dificuldades em contratar pessoal qualificado encontra-se em valores acima da média histórica. De entre os principais fatores limitativos da produção, as empresas identificaram a dificuldade de contratação como sendo o segundo fator mais relevante em 2018.

O crescimento do emprego está associado à diminuição do número de desempregados e, em menor grau, ao aumento da população ativa. A taxa de desemprego deverá manter uma trajetória descendente ao longo dos próximos anos, passando de 7% em 2018 para 5,2% em 2021.

No que aos preços e salários diz respeito, tendo em conta as projeções para os próximos anos, a inflação, medida pela taxa de variação do índice harmonizado de

preços no consumidor (IHPC), deverá diminuir de 1,2% em 2018 para 0,8% em 2019, aumentando gradualmente no período 2020-21.

Nos últimos anos registou-se uma redução gradual dos recursos disponíveis no mercado de trabalho e no mercado do produto, que se deverá manter nos próximos anos. Esta evidência tem-se traduzido numa aceleração gradual dos salários nominais no setor privado. Espera-se a continuação desta tendência, sendo que a evolução dos salários em 2019 é influenciada pela atualização do salário mínimo e pela expectativa da evolução moderada dos preços. A evolução salarial no setor público inclui o descongelamento gradual das progressões salariais na administração pública, que teve início em 2018 e se estenderá até 2020, bem como a hipótese de atualização salarial em linha com a inflação a partir de 2020.

No caso dos preços no consumidor tem-se observado uma evolução moderada, tanto em Portugal como nas restantes economias, nomeadamente na área do euro. Este enquadramento está associado a um conjunto de fatores que contribuem para suavizar o aumento dos preços.

Existem alguns fatores específicos de natureza temporária que reforçam a redução da inflação em 2019, como por exemplo o gradual desvanecimento dos aumentos muito significativos dos preços dos serviços relacionados com o turismo registados recentemente. Para além disso, a evolução dos preços em 2019 inclui reduções em alguns preços sujeitos a regulação, nomeadamente dos manuais escolares, da eletricidade e dos serviços de transporte de passageiros, em linha com a mediação de subsidiação de passes sociais incluída no OE2019.

Concluindo, a economia portuguesa deverá continuar a crescer nos próximos anos, enquadrada por uma envolvente económica e financeira globalmente favorável. Porém, o ritmo de crescimento deverá ser inferior ao registado nos últimos anos. A perspetiva de redução do crescimento é comum a outras economias, nomeadamente à área do euro. Um fator que contribui para esta evolução é a desaceleração do comércio mundial, existindo o risco de esta tendência se acentuar.



Adicionalmente, em Portugal persistem ainda constrangimentos específicos ao crescimento a médio e longo prazo. Apesar da evolução favorável registada nos últimos anos, assente num perfil de crescimento mais sustentável, mantêm-se vários desafios ao potencial de crescimento da economia portuguesa, pelo que se afigura essencial a criação de condições que promovam o aumento da produtividade, através de uma melhor afetação dos recursos, do bom funcionamento dos mercados do produto e de trabalho e da aposta no capital humano e na inovação.

H.

v

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A presente análise orçamental procura dar conta da execução das receitas e das despesas, permitindo assim acompanhar de forma sintética todo o processo de arrecadação das receitas e de realização das despesas. Os valores respeitantes à execução orçamental do exercício económico de 2018 encontram-se resumidos no quadro que a seguir se apresenta, verificando-se que a receita global ascendeu a €8.576.249,04 dos quais €8.025.937,42 provêm de receitas orçamentais e €550.311,62 correspondem à entrada de fundos por Operações de Tesouraria.

Analisando da mesma forma a despesa, constata-se que a despesa global paga ascendeu a €8.211.615,93, existindo um saldo inicial de €736.637,47, transitando para a gerência seguinte o montante de €1.101.270,58.

Composição	Operações orçamentais	Operações não orçamentais	Total
	em euros	em euros	em euros
Saldo da gerência anterior	429 261,59	307 375,88	736 637,47
Receitas	8 025 937,42	550 311,62	8 576 249,04
Despesas	7 628 440,12	583 175,81	8 211 615,93
Saldo para a gerência seguinte	826 758,89	274 511,69	1 101 270,58

12

O índice de realização da receita, referente ao ano de 2018, foi de 70,42% e o da despesa de 63,78%, tendo por sua vez o Plano Plurianual de Investimentos apresentado um coeficiente de realização de 6,59% o que correspondeu a um montante de €973.434,82.

No que concerne às Contas de Ordem, no início de 2018, registava-se o valor de €948.874,28 relativo às garantias e cauções prestações, tendo sido recebidas e devolvidas, respetivamente, €27.868,92 e €504.037,49, verificando-se a existência de um saldo final de €976.743,21.

O Balanço, à data de 31 de dezembro, regista os seguintes totais:

Composição	Valor
	em euros
Ativo	41 779 280,40
Fundos Próprios	21 570 167,03
Passivo	20 209 113,37
Resultado Líquido do Exercício	136 650,08

3.1 ANÁLISE GLOBAL

3.1.1 ESTRUTURA ORÇAMENTAL

A comparação entre o Orçamento Final e o Executado permite aferir da fiabilidade do orçamento apresentado e da capacidade financeira da sua execução em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

13

Analisando o quadro seguinte e comparando os valores previstos no Orçamento Inicial com os montantes executados da receita e da despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, mostrando uma taxa de execução da Receita e da Despesa de 70,42% e 63,78% respetivamente.

Estes rácios traduzem assim a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos (execução financeira) e a da receita a efetivamente cobrada.

Composição	Orçamento Corrigido		Execução		Desvio		Grau de Execução	
	€	%	€	%	€		%	
Receitas correntes	7 601 120,00	63,55%	7 267 791,88	86,29%	-333 328,12		95,62%	
Receitas de capital	3 917 631,00	32,75%	725 459,58	8,61%	-3 192 171,42		18,52%	
Outras receitas	12 643,00	0,11%	3,80	0,00%	-12 639,20		0,03%	
Saldo Gerência anterior	429 261,59	3,59%	429 261,59	5,10%	0,00		100%	
Total da Receita	11 960 655,59	100	8 422 516,85	100	-3 512 860,34		70,42%	
Despesas correntes	7 017 863,59	58,67%	6 172 229,04	80,91%	-845 634,55		87,95%	
Despesas de capital	4 942 792,00	41,33%	1 456 211,08	19,09%	-3 486 580,92		29,46%	
Total da Despesa	11 960 655,59	100	7 628 440,12	100	-4 332 215,47		63,78%	

No campo das receitas, verifica-se que a sua cobrança registou um desempenho considerável, nomeadamente ao nível das Receitas Correntes que atingiram €7.267.791,88, correspondendo uma taxa de execução de 95,62%. As Receitas de Capital registaram um desempenho menos eficaz, atingindo uma taxa de execução de 18,52%, por força do atraso na execução física e financeira do novo quadro comunitário de apoio.

14

Quanto ao agregado da despesa, constata-se que as Despesas Correntes tiveram um nível de execução de 87,95%, enquanto as Despesas de Capital apresentaram uma taxa de realização inferior de 29,46%, em linha com o verificado nas receitas.

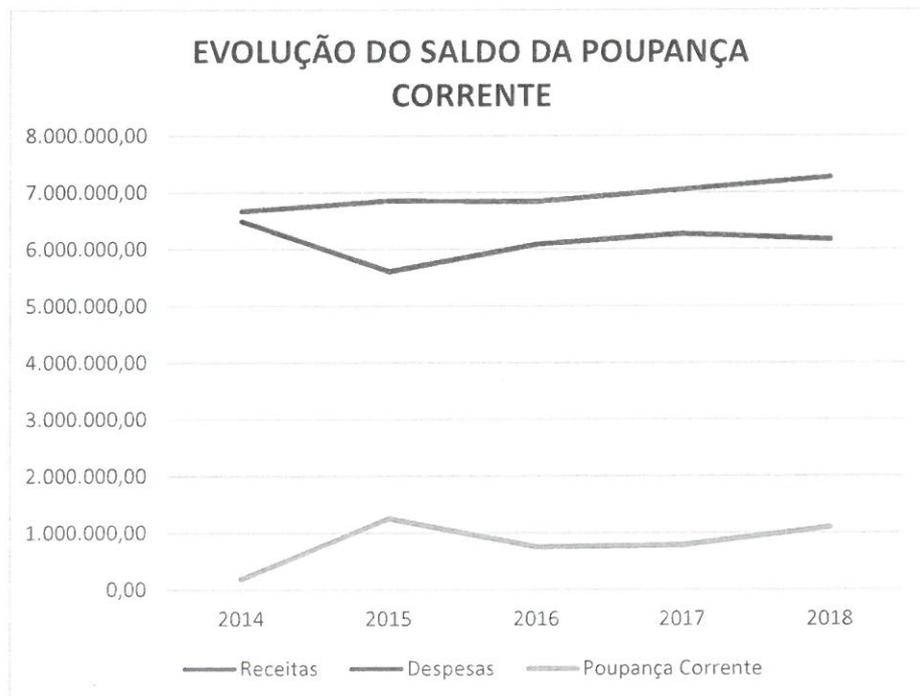
O quadro que a seguir se apresenta permite fazer uma análise comparativa da estrutura e evolução da Receita e Despesa no período entre 2014 e 2018, bem como a evolução da respetiva poupança corrente.

Anos	Receitas			Despesas			Poupança Corrente
	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total	
2014	6 669 552,56	632 590,37	7 302 142,93	6 487 092,04	1 315 426,46	7 802 518,50	182 460,52
2015	6 857 402,83	535 627,15	7 393 029,98	5 605 915,80	2 470 155,23	8 076 071,03	1 251 487,03
2016	6 836 854,81	687 350,91	7 524 205,72	6 086 955,11	1 191 286,03	7 278 241,14	749 899,70
2017	7 046 629,86	1 291 388,04	8 338 017,90	6 267 639,86	1 916 759,09	8 184 398,95	778 990,00
2018	7 267 791,88	725 459,58	7 993 251,46	6 172 229,04	1 456 211,08	7 628 440,12	1 095 562,84

O princípio do equilíbrio orçamental consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, determina que "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as Receitas Correntes devem ser pelo menos, iguais as Despesas Correntes".

Conforme se demonstra no mapa anterior, o Município da Mêda, registou, em 2018, receitas correntes suficientes para fazer face às despesas do mesmo tipo, verificando-se nos últimos 4 anos o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental corrente.

15



3.2 ORÇAMENTO

No presente capítulo é feita a análise do desempenho da Receita e da Despesa, tomando-se como referência a apreciação da estrutura orçamental e sua evolução.

Para uma avaliação mais pormenorizada da execução do Orçamento, apresentam-se no capítulo CONTAS, anexo a este relatório, os mapas do Controlo Orçamental da Receita e da Despesa.

Tendo presente que as fontes de financiamento próprias da Autarquia são manifestamente insuficientes para custear toda a atividade desenvolvida e por outro lado o fato de estar fortemente dependente, quer dos fundos provenientes da Administração Central quer comunitários, é importante referir que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fontes de financiamento externo (estatais e comunitárias).

3.2.1 ORÇAMENTO DA RECEITA

3.2.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA

16

O gráfico que a seguir se apresenta permite visualizar a evolução global do agregado das receitas, bem como o comportamento de cada uma das suas componentes económicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.



O gráfico evidencia uma ligeira diminuição das Receitas Totais em 2018, associada à diminuição das Receitas de Capital.

3.2.1.2 RECEITAS CORRENTES

As Receitas Correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia, uma vez que se trata de um fluxo monetário relativamente estável.

Em 2018, as receitas correntes atingiram uma execução total de 95,62%, proporcionando uma base de consistência para o funcionamento de um conjunto de despesas obrigatórias e fundamentais para o regular funcionamento dos serviços e da atividade da Autarquia.

A estrutura e execução da receita corrente encontra-se apresentada no quadro seguinte, destacam-se os impostos diretos (IMI, IMV e IMT), as transferências correntes (FEF, FSM, participação fixa do IRS) e as vendas de bens e serviços correntes, que permitiram alcançar uma **execução de 95,62% das receitas correntes**.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
01. Impostos diretos	675 010,00	8,88%	701 922,05	9,66%	26 912,05	103,99%
02. Impostos indiretos	13 860,00	0,18%	1 594,67	0,02%	- 12 265,33	11,51%
04. Taxas, multas e outras penalidades	64 000,00	0,84%	42 594,15	0,59%	- 21 405,85	66,55%
05. Rendimentos de propriedade	24 250,00	0,32%	1 092,00	0,02%	- 23 158,00	4,50%
06. Transferências correntes	5 734 477,00	75,44%	5 470 447,48	75,27%	- 264 029,52	95,40%
07. Vendas de bens e serviços correntes	1 063 250,00	13,99%	885 732,93	12,19%	- 177 517,17	83,30%
08. Outras receitas correntes	26 273,00	0,35%	164 408,60	2,26%	136 135,60	625,77%
Total das Receitas correntes	7 601 120,00	100%	7 267 791,88	100%	- 333 328,12	95,62%

17

Conforme evidenciado no quadro anterior, em 2018, apesar da oscilação da execução por rubricas, a execução global das receitas correntes foi de 95,62%.

O índice de execução registado é bastante satisfatório relativamente às expectativas traçadas aquando da elaboração e execução do Orçamento para o exercício de 2018, revelando uma rigorosa previsão das receitas correntes, sendo igualmente revelador



do estrito cumprimento das regras previsionais previstas no POCAL.

O quadro seguinte, permite visualizar a evolução e capacidade de execução das Receitas Correntes no período considerado.

	2014	2015	2016	2017	2018
Receita Prevista	7 020 696,00	7 134 220,00	7 109 286,00	7 279 587,00	7 601 120,00
Receita Executada	6 669 552,56	6 857 402,83	6 836 854,81	7 046 629,86	7 267 791,88
% Execução	95,00%	96,12%	96,17%	96,80%	95,62%

3.2.1.3 RECEITAS DE CAPITAL

O núcleo das Receitas de Capital é constituído essencialmente por Transferências de Capital, Passivos Financeiros e Outras receitas de Capital, representando na sua globalidade 100%.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
09. Venda de bens de investimento	50,00	0,00%	0,00	0,00%	- 50,00	0,00%
10. Transferências de capital	2 617 571,00	66,82%	725 459,58	100,00%	- 1 892 111,42	27,715%
12. Passivo financeiro	300 000,00	7,66%	0,00	0,00%	- 300 000,00	0,00%
13. Outras receitas de capital	1 000 010,00	25,53%	0,00	0,00%	- 1 000 010,00	0,00%
Total das Receitas de capital	3 917 631,00	100%	725 459,58	100,00%	- 3 192 171,42	18,518%

18

O quadro evidencia de uma forma clara o peso Transferências de Capital no total das Receitas de Capital, representando cerca de 9% das Receitas Totais da autarquia, sendo a principal origem de financiamento dos investimentos.

Em 2018, a Receita de Capital apresentou um grau de execução de 18,52%, às previsões corrigidas, influenciada de forma significativa pelo baixo grau de execução dos capítulos das Transferências de Capital, dos Passivos Financeiros e das Outras Receitas de Capital.

Os quadros e gráficos que a seguir se apresentam mostram a evolução e capacidade de execução das receitas de capital desde 2014.

	2014	2015	2016	2017	2018
09. Venda de bens de investimento	51,00	7 910,00	0,00	0,00	0,00
10. Transferências de capital	632 539,37	527 717,15	675 430,61	1 291 388,04	725 459,58
12. Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13. Outras receitas de capital	0,00	0,00	11 920,30	0,00	0,00
Total das Receitas de capital	632 590,37	535 627,15	687 350,91	1 291 388,04	725 459,58

	2014	2015	2016	2017	2018
Receita Prevista	903 321,00	1 259 526,99	796 715,00	3 195 220,00	3 917 631,00
Receita Executada	632 590,37	535 627,15	687 350,91	1 291 388,04	725 459,58
% Execução	70,03%	42,53%	86,27%	40,42%	18,52%

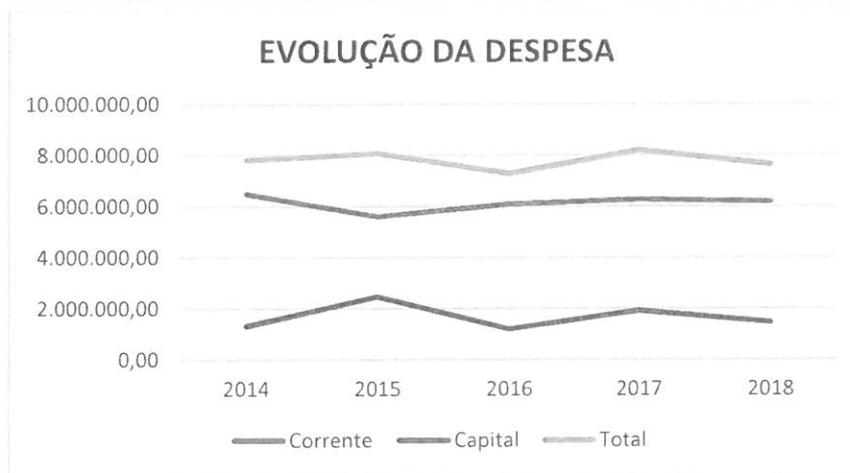
3.2.2 ORÇAMENTO DA DESPESA

3.2.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA

A despesa global realizada foi de €7.628.440,12, traduzindo uma taxa de execução orçamental de 63,78%, inferior ao registado no ano de 2017 (76,27%).

19

O gráfico que se segue mostra a evolução da Despesa Corrente e de Capital, verificando-se que a Despesa Corrente paga é o agregado que detém o maior peso na estrutura da despesa municipal.



3.2.2.2 DESPESA CORRENTE

A estrutura e a execução da Despesa Corrente encontram-se apresentadas no quadro seguinte, onde se pode analisar o peso das suas componentes, bem como a respetiva execução. Comparando a estrutura do Orçamento Corrigido com a sua efetiva realização, constata-se que as Despesas Correntes evidenciaram um índice de execução de 87,95%.

20

Composição	Orçamento Corrigido		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
01. Despesas com o pessoal	3 236 332,00	46,12%	3 089 545,84	50,06%	-146 786,16	95,71%
02. Aquisição de bens e serviços	3 019 562,00	43,03%	2 433 968,93	39,43%	-585 593,07	80,65%
03. Juros e outros encargos	101 250,00	1,44%	87 447,18	1,42%	-13 802,82	86,37%
04. Transferências correntes	571 719,59	8,15%	502 798,56	8,15%	-68 921,03	87,95%
05. Subsídios	10 000,00	0,14%	0,00	0,00%	-10 000,00	0,00%
06. Outras despesas correntes	79 000,00	1,13%	58 468,53	0,95%	-20 531,47	74,01%
Total da Despesa corrente	7 017 863,59	100%	6 172 229,04	100%	- 845 634,55	87,95%

O quadro evidencia a importância das Despesas com Pessoal, as quais representam 50,06% do total das Despesas Correntes, que em conjunto com as Aquisições de Bens e Serviços realizaram uma despesa no montante de €5.523.514,77 representando 89,49% da Despesa Corrente Total.

Quanto às restantes rubricas, as Transferências Correntes corresponderam a 8,15% das Despesas Correntes e 6,59% da Despesa total. A evolução e capacidade de execução das Despesas Correntes estão patenteadas nos quadros que a seguir se apresentam.

	2014	2015	2016	2017	2018
01. Despesas com o pessoal	3 044 396,53	2 936 558,21	2 889 064,21	3 065 021,60	3 089 545,84
02. Aquisição de bens e serviços	2 835 532,88	2 064 456,76	2 610 340,83	2 462 033,38	2 433 968,93
03. Juros e outros encargos	275 757,73	189 467,45	126 062,19	108 552,34	87 447,18
04. Transferências correntes	267 276,22	388 226,77	406 042,71	567 820,63	502 798,56
05. Subsídios	27 373,79	0,00	0,00	0,00	0,00
06. Outras despesas correntes	36 754,89	27 206,61	55 445,17	64 211,91	58 468,53
Total da Despesa Corrente	6 487 092,04	5 605 915,80	6 086 955,11	6 267 639,86	6 172 229,04

	2014	2015	2016	2017	2018
Despesa Prevista	6 791 124,20	6 234 740,00	6 525 918,00	6 877 837,87	7 017 863,59
Despesa Executada	6 487 092,04	5 605 915,80	6 086 955,11	6 267 639,86	6 172 229,04
% Execução	95,52%	89,91%	93,27%	91,13%	87,95%

21

3.2.2.3 DESPESA DE CAPITAL

O quadro seguinte permite observar a desagregação das Despesas de Capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais, o volume da despesa paga e respetiva taxa de execução do ano económico transato.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%		
07. Aquisição de bens de capital	3 835 376,00	77,60%	745 709,96	51,21%	-3 089 666,04	19,44%
08. Transferências de capital	215 072,00	4,35%	119 838,74	8,23%	-95 233,26	55,72%
09. Ativos financeiros	44 664,00	0,90%	43 251,75	2,97%	-1 412,25	96,84%
10. Passivos financeiros	847 430,00	17,14%	547 410,63	37,59%	-300 019,37	64,60%
11. Outras despesas de capital	250,00	0,01%	0,00	0,00%	-250,00	0,00%
Total da Despesa de Capital	4 942 792,00	100%	1 456 211,08	100%	-3 486 580,92	29,46%



A totalidade das Despesas de Capital realizadas ascendeu a €1.456.211,08, refletindo uma taxa de execução de 29,46%. A rubrica Aquisição de Bens de Capital, onde estão incluídas as obras públicas, representa 51,21% do total das Despesas de Capital, registrando uma taxa de execução de 19,44%, sendo a componente absorveu a maior parte dos recursos afetos a este tipo de despesas.

Os quadros seguintes permitem visualizar a evolução das Despesas de Capital, bem como a sua capacidade de execução no período considerado.

	2014	2015	2016	2017	2018
07. Aquisição de bens de capital	961 940,78	2 176 686,24	588 705,51	1 106 061,43	745 709,96
08. Transferências de capital	224 999,98	104 377,15	107 500,00	220 490,00	119 838,74
09. Ativos Financeiros	0,00	57 664,00	57 664,00	57 664,00	43 251,75
10. Passivos financeiros	128 485,70	131 427,84	133 865,51	532 543,66	547 410,63
11. Outras despesas de capital	0,00	0,00	303 551,01	0,00	0,00
Total da Despesa de Capital	1 315 426,46	2 470 155,23	1 191 286,03	1 916 759,09	1 456 211,08

	2014	2015	2016	2017	2018
Despesa Prevista	2 276 926,90	2 837 400,00	1 382 183,00	3 852 924,00	4 942 792,00
Despesa Executada	1 315 426,46	2 470 155,23	1 191 286,03	1 916 759,09	1 456 211,08
% Execução	57,77%	87,06%	86,19%	49,75%	29,46%

3.3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO

A execução das Grandes Opções da Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta-se organizada por objetivos, programas, projetos e ações. É parte integrante deste documento o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes.

Assim, no mapa que a seguir se apresenta, evidencia-se a estrutura do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, por classificação funcional, comparando-se o valor realizado com o valor orçamentado.

Código	Classificação Funcional	Orçamento Corrigido		Execução		Grau de Execução
		€	%	€	%	%
1.	Funções Gerais	4 420 396,20	36,96%	3 759 458,33	49,28%	85,05%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	4 344 356,20	36,32%	3 689 377,17	48,36%	0,00%
1.1.1	Administração geral	4 344 356,20	36,32%	3 689 377,17	48,36%	84,92%
1.2.	Segurança e ordem públicas	76 040,00	0,64%	70 081,16	0,92%	0,00%
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	76 040,00	0,64%	70 081,16	0,92%	92,16%
2.	Funções Sociais	2 965 324,80	24,79%	2 164 243,81	28,37%	72,99%
2.1.	Educação	1 028 468,80	8,60%	822 208,62	10,78%	0,00%
2.1.1	Ensino não superior	483 760,80	4,04%	437 952,94	5,74%	90,53%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	544 708,00	4,55%	384 255,68	5,04%	70,54%
2.2.	Saúde	7 500,00	0,06%	4 086,17	0,05%	54,48%
2.3.	Segurança e Ação Sociais	62 000,00	0,52%	22 276,86	0,29%	0,00%
2.3.2	Ação social	62 000,00	0,52%	22 276,86	0,29%	35,93%
2.4.	Habituação e Serviços Coletivos	1 062 903,00	8,89%	667 539,95	8,75%	0,00%
2.4.1	Habituação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
2.4.2	Ordenamento do território	109 002,00	0,91%	21 231,25	0,28%	19,48%
2.4.3	Saneamento	382 501,00	3,20%	237 422,30	3,11%	62,07%
2.4.4	Abastecimento de água	405 000,00	3,39%	315 457,14	4,14%	77,89%
2.4.5	Resíduos sólidos	146 400,00	1,22%	93 429,26	1,22%	63,82%
2.4.6	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	20 000,00	0,17%	0,00	0,00%	0,00%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	804 453,00	6,73%	648 132,21	8,50%	0,00%
2.5.1	Cultura	428 702,00	3,58%	349 149,73	4,58%	81,44%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	214 750,00	1,80%	190 140,57	2,49%	88,54%
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	161 001,00	1,35%	108 841,91	1,43%	67,60%
3.	Funções Económicas	3 191 214,00	26,68%	715 297,44	9,38%	22,41%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	248 100,00	2,07%	25 279,28	0,33%	10,19%
3.2.	Indústria e energia	895 038,00	7,48%	519 835,89	6,81%	58,08%
3.3.	Transportes e Comunicações	796 883,00	6,66%	80 633,77	1,06%	0,00%
3.3.1	Transportes rodoviários	796 883,00	6,66%	80 633,77	1,06%	10,12%
3.4.	Comércio e Turismo	1 251 193,00	10,46%	89 548,50	1,17%	0,00%
3.4.1	Mercados e feiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
3.4.2	Turismo	1 251 193,00	10,46%	89 548,50	1,17%	7,16%
4.	Outras Funções	1 383 720,59	11,57%	989 440,54	12,97%	71,51%
4.1.0	Operações da dívida autárquica	948 680,00	7,93%	634 857,81	8,32%	66,92%
4.2.0	Transferências entre administrações	435 040,59	3,64%	354 582,73	4,65%	81,51%
TOTAL GERAL:		11 960 655,59	100,00%	7 628 440,12	100,00%	63,78%



Na execução anual das Grandes Opções do Plano, pode verificar-se a execução financeira efetiva de cada Função, à data de 31 de dezembro de 2018, nomeadamente através da análise aos valores das despesas programadas e executadas.

Relativamente à execução anual refira-se que o nível de execução nos diversos objetivos oscilou entre 85,05% e 22,41%, registando-se uma execução global anual de 63,78%.



4. INDICADORES GERAIS DE ACTIVIDADE

A elaboração dos indicadores/rácios de gestão e de atividade exige uma utilização bastante cuidadosa, uma vez que não existem definições normalizadas e uniformizadas e, por outro lado, traduzem apenas dados quantitativos e não qualitativos.

A interpretação destes indicadores deve ter em conta as especificidades do Município, também a rendibilidade do capital próprio tem que ser efetuada na perspetiva de que os Municípios visão prosseguir os interesses próprios das populações respetivas (Constituição República Portuguesa).

Apresenta-se a evolução do Município de Mêda, nos últimos anos através da análise de alguns rácios.

Rácios de estrutura - permitem evidenciar o peso de certos elementos da receita ou da despesa no total das receitas ou das despesas, convém refletir o peso das receitas relativas aos impostos diretos, aos fundos municipais correntes e de capital, aos fundos comunitários, à venda de bens e serviços, aos passivos financeiros, entre outros;

25

	RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)	2014	2015	2016	2017	2018
1	Impostos diretos / Receitas correntes	10,74%	10,77%	9,30%	8,58%	9,66%
2	Transferências correntes / Receitas correntes	75,31%	76,89%	77,12%	76,47%	75,27%
3	Transferências capital / Receitas de capital	99,99%	98,52%	98,27%	100,00%	100,00%
4	Passivos financeiros / Receitas de capital	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
5	Receitas correntes / Receitas totais	91,03%	92,68%	90,84%	84,51%	90,92%

Rácios de gestão – permitem evidenciar a relação entre receitas e despesas correntes e de capital, analisamos também o peso das despesas de pessoal relacionadas com o total das receitas e despesas correntes.

RÁCIOS DE GESTÃO (%)		2014	2015	2016	2017	2018
6	Despesas correntes / Receitas correntes	97,26%	81,75%	89,03%	88,95%	84,93%
7	Despesas capital / Receitas de capital	207,94%	461,17%	173,32%	148,43%	200,73%
8	Pessoal / Receitas correntes	45,60%	42,82%	42,26%	43,50%	42,51%
9	Pessoal / Despesas correntes	46,89%	52,38%	47,46%	48,90%	50,06%

Rácios de investimento e produtividade - traduzem o desenvolvimento das competências e atividades municipais, na prossecução do interesse público, com o objetivo da satisfação das necessidades coletivas das populações, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras.

RÁCIOS DE INVESTIMENTO (%)		2014	2015	2016	2017	2018
10	Investimento / Despesa capital	73,13%	88,12%	49,42%	57,70%	51,21%
11	Investimento / Despesa total	12,33%	26,95%	8,09%	13,51%	9,78%
RÁCIOS DE PRODUTIVIDADE		2014	2015	2016	2017	2018
12	Investimentos / Total funcionários	5 691,96	12 879,80	3 656,56	6 544,75	4 236,99
13	Receita total / Total funcionários	46 352,14	42 782,90	46 745,98	48 428,40	45 416,22
14	Despesas funcionamento / Total funcionários	34 792,48	29 591,80	34 157,80	32 704,46	31 383,61

26

4.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

4.1.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA

Rácios Económico – Financeiros

Têm por referência a estrutura dos elementos do ativo, dos fundos patrimoniais e do passivo.

4.1.1.1 BALANÇO

Enquanto a execução orçamental, reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, através do Balanço e Demonstração de Resultados analisamos a atividade do Município ao nível patrimonial, ou seja, os seus direitos e obrigações.

O Balanço constitui um mapa financeiro de grande importância, no quadro seguinte apresenta-se resumidamente a estrutura patrimonial do Município.

Da análise do balanço, facilmente se verifica a situação financeira do Município, aliás como se demonstrou na análise orçamental anteriormente feita.

Para melhor analisar a situação económica - financeira apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no termo do exercício económico, por comparação com o verificado nos anos 2014 a 2018.

RÁCIOS		2014	2015	2016	2017	2018
Liquidez Geral	Circulante / Exigível a curto prazo	10,72%	7,33%	8,27%	8,83%	11,70%
Solvabilidade	Recursos próprios / Recursos alheios	89,01%	90,49%	97,53%	99,17%	107%
Endividamento	Passivo / Ativo líquido * 100	53%	53%	51%	50%	48%

Liquidez Geral permite analisar a capacidade do Município para, utilizando as suas disponibilidades de curto prazo, fazer face aos compromissos assumidos com terceiros a curto prazo, quanto mais equilibrado estiver este rácio maior será a capacidade da autarquia para pagar as dívidas a terceiros de curto prazo.

Solvabilidade traduz a posição de independência do Município face aos credores, quanto maior for, maior será a segurança dos credores em recuperar os seus créditos.

Endividamento mede a participação de capitais alheios no financiamento do Município, admitindo que quando este valor é superior a 100 as entidades se encontram em situação de falência técnica, podemos dizer que o estamos muito aquém desta situação.

4.1.1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Município encerrou o exercício de 2018, com um Resultados Líquido do Exercício de €136.650,08.

No quadro seguinte sintetiza-se a Demonstração de Resultados espelhando os respetivos resultados.

H.

DESIGNAÇÃO	ANOS			
	2015	2016	2017	2018
Resultados operacionais	-419 976,84	-208 529,88	-571 075,38	-229 659,63
Resultados financeiros	-181178,31	-116 006,58	-108 915,47	-97 512,36
Resultados correntes	-365 491,22	-324 536,46	-679 990,85	-327 171,99
Resultado líquido do exercício	-29 279,79	516 822,24	-146 429,58	136 650,08

4.1.1.2.1 RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Proveitos operacionais estão condicionados essencialmente às vendas e prestações de serviços, impostos e taxas e sobretudo às transferências e subsídios obtidos, por outro lado verificamos que os fornecimentos e serviços externos, remunerações e amortizações do exercício também detêm um peso decisivo na estrutura dos custos operacionais, obtendo-se um valor negativo de €229.659,63.

4.1.1.2.2 RESULTADOS FINANCEIROS

28

Em 2018, os resultados financeiros apresentam um valor negativo de €97.512,36, resultantes essencialmente de juros suportados.

Custos Financeiros	Valor	Proveitos Financeiros	Valor
Custos e Perdas Financeiros	97 512,36	Proveitos e Ganhos Financeiros	0,00
Total	97 512,36	Total	0,00

4.1.1.2.3 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Ao nível dos custos que concorrem para o cálculo dos Resultados Extraordinários, as componentes que mais sobressaíram foram as Transferências de Capital Concedidas e as Correções de Anos Anteriores.

Relativamente aos Proveitos Extraordinários evidenciam-se as Correções de anos anteriores e essencialmente os Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários, que incluem a parcela dos subsídios ao investimento reconhecidos no corrente ano.



Custos Extraordinários	Valor	Proveitos Extraordinários	Valor
Custos e Perdas Extraordinários	200 926,58	Proveitos e Ganhos Extraordinários	664 748,65
Total	200 926,58	Total	664 748,65

4.1.1.2.4 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Considerando os custos e proveitos totais, obtém-se um resultado líquido de €136.650,08.

5. ENDIVIDAMENTO

Na análise do Endividamento do Município de Mêda referente a 2018, considerou-se o disposto nos artigos 52º e 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS

	VALOR DA DÍVIDA		VARIAÇÃO
	31/12/2017	31/12/2018	18/17
Dívida a Terceiros a Curto Prazo	354 364,92	193 167,70	-45,49%
Fornecedores c/c	92 120,76	180 184,82	95,60%
Fornecedores de Imobilizado	25 807,21	12 982,88	-49,69%
Outros Credores (sem operações de tesouraria)	236 486,95	63 248,75	-73,25%
Bancos / Instituições de crédito / Empréstimo Médio Longo Prazo	5 199 319,15	4 651 908,52	-10,53%
TOTAL DA DÍVIDA A TERCEIROS	5 553 734,07	4 908 324,97	-11,62%

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

Designação	Cobrança 2015	Cobrança 2016	Cobrança 2017	Média dos três exercícios anteriores
Total da Receita Corrente Líquida	6.857.403	6.836.855	7.046.630	6.913.629
(1) Limite da Dívida Total				10.370.444
(2) Dívida Total Início Ano, incluindo Contribuição Outras Entidades (art.º 54º do RFALEI)				5.331.487
(3) Margem de Endividamento Início Ano (1)-(2)				5.038.957
(4) Margem Utilizável alínea b) n.º 3 art.º 52º do RFALEI				1.007.791
(5) Limite da Dívida Total para 2018 (2)+(4)*20%				6.339.278
(6) Total da Dívida a Terceiros do Balanço				5.182.837
(7) Total de Dívidas Extraorçamentais do Balanço				274.512
(8) Total de Dívidas Excecionadas (FAM)				43.249
(9) Total de Dívidas Orçamentais (6)-(7)-(8)				4.865.076
(10) Contribuição Outras Entidades (art.º 54º do RFALEI) (a)				0
(11) Dívida Total Orçamental (8)+(9)				4.865.076
(12) Margem de Endividamento Final Ano (4)-(10)				1.474.202

(a) Na presente data se encontram disponível a informação de todas as entidades

30

O Município de Mêda apresenta, em 31 de dezembro, o valor de dívida total de operações orçamentais de €4.865.076, correspondendo €4.651.908,52 a empréstimos



a médio e longo prazo.

Conforme demonstrado no quadro anterior, o Município de Mêda cumpriu com o limite de endividamento de 2018, registando no final do ano uma margem de €1.474.202, a que corresponde uma margem global de €5.505.368.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

De acordo com a demonstração financeira do ano 2018, o resultado líquido do exercício foi de €136.650,08, valor que se encontra evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

Em conformidade com o definido no ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 11 de fevereiro, propõe-se seguinte a aplicação de resultados:

- Transferência do resultado líquido do exercício para a conta 59 – “Resultados Transitados”, no valor de €136.650,08.



7. FACTORES RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes após o termo do exercício que possam ter afetado as atividades do Município, tendo em conta a atividade desenvolvida no ano 2018.